

**HABEAS CORPUS Nº 567.928 - AM (2020/0072599-2)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**ADVOGADA : FLAVIA LOPES DE OLIVEIRA - AM004382**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**PACIENTE : HAMILTON SOUZA DA COSTA (PRESO)**  
**PACIENTE : THIAGO NUNES DE LIMA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de HAMILTON SOUZA DA COSTA e THIAGO NUNES DE LIMA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, proferido no julgamento do HC n. 4004621-23.2019.8.04.0000.

Consta dos autos que os paciente foram pronunciados pela prática, em tese, do crime previsto no artigo 121, § 2º, I e I c/c artigo 61, I, “h” e artigo 21, em concurso material, todos do Código Penal (homicídio qualificado).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem em acórdão assim ementado (fl. 60):

**EMENTA: HABEAS CORPUS PREVENTIVO. CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. PENAL. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA. CRIME HEDIONDO, CONSOANTE O DISPOSTO NO ARTIGO 5º, INCISO XLIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL C.C. A PREVISÃO LEGAL DO ARTIGO 1º, DA LEI DOS CRIMES HEDIONDOS. DELITO PRATICADO EM CONCURSO DE PESSOAS. ALEGAÇÃO DE NULIDADES. NOMEAÇÃO DE DEFENSOR DATIVO COMUM A TODOS OS PACIENTES COM TESES SUPOSTAMENTE CONFLITANTES. AUSÊNCIA DE ACESSO AO CONTEÚDO DOS DEPOIMENTOS DAS TESTEMUNHAS E DAS ALEGAÇÕES FINAIS APRESENTADAS PELAS PARTES. APARENTE COAÇÃO À RÉ MADALENA. ANTECIPAÇÃO DE JUÍZO DE MÉRITO EM RELAÇÃO AO PRONUNCIADO HAMILTON. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. AÇÃO AUTÔNOMA DE IMPUGNAÇÃO IMPETRADA APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO DE PRONÚNCIA DOS PACIENTES. PRECLUSÃO PARA ARGUIÇÃO DAS PREJUDICIAIS MERITÓRIAS. INCIDÊNCIA DO DISPOSTO NO ARTIGO 571, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.**

*PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. MATÉRIA QUE NÃO COMPORTA, SEQUER, ANÁLISE, EIS QUE SUPERADO O PRAZO MÁXIMO PREVISTO PELO LEGISLADOR PÁTRIO PARA SUAS ARGUIÇÕES. DECISÃO DE PRONÚNCIA PROLATADA EM JUÍZO, COM A PRESENÇA DOS PACIENTES. NULIDADE INEXISTENTE E NÃO ALEGADA PELA VIA PRÓPRIA, QUAL SEJA, MEDIANTE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HABEAS CORPUS MANEJADO COMO SUBSTITUTO RECURSAL. DESVIRTUAMENTO DA FINALIDADE DA GARANTIA CONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.*

*1. Nos termos do artigo 5º, inciso LXVIII, da Constituição Federal, "conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder".*

*2. Referida ação autônoma de impugnação, constitucionalmente estabelecida, objetiva preservar ou restabelecer a liberdade de locomoção ilegalmente ameaçada ou violada, sempre que presentes uma das hipóteses do artigo 647 e seguintes do Código de Processo Penal.*

*3. O crime cometido pelos pacientes demais comparas é daqueles considerados vis e ignóbeis, causadores de enorme repulsa social, estando, inclusive, arrolados como hediondos, consoante previsão constitucional contida no artigo 5º, inciso XLIII, da Carta Magna, complementado pelo rol taxativo previsto no artigo 1º, da Lei nº 8.072/90 (Lei dos Crimes Hediondos).*

*4. Consoante iterativa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a ação constitucional de Habeas Corpus não pode ser impetrada como substitutivo de recurso próprio, in casu, do recurso em sentido estrito, próprio para impugnar decisão interlocutória mista não terminativa do júri, como é o caso da decisão de pronúncia.*

*5. As suscitadas nulidades, então ocorridas durante a instrução processual, sob os pálios do contraditório e da ampla defesa, assegurado o due process of law, somente poderiam ter sido apreciadas se alegadas no momento oportuno, qual seja, das alegações finais, consoante expressa disposição legal contida no artigo 571, inciso I, do Estatuto Adjetivo Penal.*

*6. Não arguidas as nulidades ocorridas durante a instrução processual no tempo e modo devidos, exsurge o instituto da preclusão como limitador de suas análises, a concluir que os pacientes perderam o direito de manifestarem-se a esse respeito.*

*7. Emerge dos autos, consoante informações prestadas pela autoridade coatora às fls. 826, que a decisão de pronúncia foi prolatada em audiência, na presença dos pacientes, o que por si só demonstra a desnecessidade da intimação pessoal deles, uma vez que dela tomaram inegável conhecimento, conforme o disposto no artigo 420, inciso I, do Código de Processo Penal. Ademais, a própria defesa opôs aclaratórios em favor dos pronunciados, evidenciando que tomou*

*conhecimento da decisão de pronúncia, a permitir a conclusão de que inexistiu prejuízo.*

*8. Ordem de habeas corpus conhecida e denegada.*

No presente *mandamus*, sustenta a Defensoria a existência de nulidade absoluta de todos os atos processuais desde a data da audiência de instrução em que os ora pacientes foram assistidos pelo mesmo procurador dos corréus que apresentaram defesa antagonicas, sob pena de negativa de vigência ao artigo 564, incisos III, alínea "c", e IV, do Código de Processo Penal.

Pretende, em sede liminar e no mérito, que "seja concedida a ordem, a fim de que seja anulada a sentença de pronúncia de 1ª instância, em razão da violação aos princípios constitucionais de ampla defesa e devido processo legal, substanciada na permissão ilegal de assistência jurídica por advogada dativa que patrocinou os corréus com defesas conflitantes com relação aos pacientes" (fl. 13).

Brevemente relatado, decido.

Diante do novel posicionamento jurisprudencial do STF e desta Corte onde não deve ser conhecido o *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, tenho por prudente determinar o processamento do feito somente para verificação da existência de eventual constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem de ofício.

Em uma análise preliminar dos autos, não vislumbro a presença conjunta do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, requisitos necessários para a concessão da medida liminar.

Ademais, a matéria ora ventilada implica o exame da idoneidade e razoabilidade dos fundamentos adotados pelas instâncias ordinárias, providência inviável em análise inicial dos autos. Por se tratar de antecipação meritória, a alegação deve ser analisada pelo douto Colegiado, no momento oportuno e após manifestação do Ministério Público Federal.

Diante do exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intime-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator